

Maria Sábado Sanches Monteiro

“A Inclusão de Crianças Portadoras de Síndrome de Down no Pré-escolar,  
Estudo de caso – Jardim-de-infância Cruz Vermelha”

Licenciatura em Educação de Infância  
Uni-CV, 2010

Maria Sábado Sanches Monteiro

**“A Inclusão de Crianças Portadoras da Síndrome de Down no Pré-escolar,  
Estudo de caso – Jardim-de-infância Cruz Vermelha”**

Trabalho científico apresentado ao Uni-CV para obtenção do grau de Licenciatura em Educação de Infância, sob a orientação da Professora Mestre Eurídice Amarante

Maria Sábado Sanches Monteiro

**“A Inclusão de Crianças Portadoras da Síndrome de Down no Pré-escolar,  
Estudo de caso – Jardim-de-infância Cruz Vermelha”**

Aprovado pelos membros do Júri, e Homologado pelo Reitor da Universidade de Cabo Verde, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Educação de Infância

O Júri

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Praia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus filhos, Vânia Patrícia Sanches Furtado, Ivanilson Patrício Sanches Furtado e Silvana Sanches Furtado.

## **Agradecimento**

O presente trabalho é fruto de um esforço enorme na procura de novos conhecimentos, do relacionamento com colegas, professores e amigos que de uma forma ou de outra, quer directa ou indirectamente conduziram à realização deste evento.

Aos meus queridos pais, João e Margarida, a minha sogra Margarida Monteiro e aos meus irmãos.

Não posso deixar de fazer referência àqueles que de perto me auxiliaram nas discussões de conceitos, revisões bibliografia e estruturação do trabalho, sem os quais seria impossível apresentar este documento.

Assim, não podia deixar de mencionar particularmente a orientadora deste trabalho, Mestre Eurídice Amarante, pela sua estratégia científico-pedagógico e colaborativa que me permitiu total confiança na feitura do trabalho.

À coordenadora do Curso de Educação de Infância, Mestre Lionilda Sá Nogueira, a minha profunda gratidão não só por ter coordenado este curso, mas sobretudo pela colaboração que me tem prestado em diversos ocasiões ao longo deste tempo.

Há todos os meus amigos e colegas do curso, em especial (Maria Espírito Santo) não só pela solidariedade que me demonstraram em dividir comigo humildemente os seus equipamentos informáticos, como também na formatação do trabalho.

Apraz-me estender o meu apreço agradecimento ao meu marido, José Mendes Furtado e aos meus filhos a quem me roubei tempo e convívio familiar a fim de enriquecer os meus conhecimentos.

## Índice Geral

CAPITULO I: INTRODUÇÃO .....	1
Objectivo Geral: .....	2
Objectivos específicos: .....	2
Estrutura do trabalho .....	3
Capitulo II- Enquadramento Teórico .....	4
2.1- A Educação Especial .....	4
2.2 A história da Educação Especial (EE) .....	7
2.3 Integração e Inclusão .....	10
2.4 Conceito de Síndrome de Down .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
2.5- Intervenção Pedagógica .....	14
2.6 Deficiência, Dados Estatísticos do Cenário Cabo-Verdiano .....	16
2.8 Organização e objectivos do sistema educativo Cabo-Verdiano .....	24
Capitulo III - Estudo de Caso .....	28
3.1 Caracterização da amostra .....	28
3.2 Caracterização do jardim Cruz vermelha .....	29
3.3- Recolha e Tratamento dos dados .....	30
3.4 Analise e Discussão dos Resultados .....	32
3.4.1 Análise e Discussão dos resultados da Entrevista feita com a monitora no Jardim Cruz Vermelha .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
3.5 Analise e Discussão dos Resultados da Entrevista feita com a Directora do Jardim da Cruz Vermelha .....	38
3.6 Analise e Discussão dos Resultados da Entrevista feita com os pais da criança portadora da Síndrome de Down no pré-escolar .....	
3.7 Análise e Discussão dos resultados da Entrevista feita com o Técnico do ensino especial. ....	40
Capitulo IV: Considerações Finais .....	45

Constrangimentos .....	48
Recomendações: .....	48
Bibliografia.....	50
Leis Consultadas .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro I:** Repartição da população deficiente por tipo de deficiência e por sexo.

**Quadro II:** Repartição da população deficiente por sexo e por frequência escolar.

**Quadro III:** Repartição da população portadora de deficiência de 4 a 19 anos por frequência escolar.

**Quadro IV:** Repartição da população portadora de deficiência de 4 anos a mais, por meio de residência, por frequência escolar e por sexo.

**Quadro V:** Síntese do Plano Estratégico para a Educação.



## **LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1:** Entrevistas feitas com a Directora do Jardim Cruz Vermelha.

**Anexo 2:** Entrevistas feitas com o Técnico do Ensino Especial.

**Anexo 3:** Entrevistas feitas com os Pais.

**Anexo 4:** Entrevistas feitas com a monitora

## **CAPITULO I: INTRODUÇÃO**

A Problemática dos indivíduos portadores de necessidade Educativas Especiais, é algo que vem merecendo preocupação a nível internacional, uma vez que as pessoas portadoras de deficiência tem vindo a aumentar. Nota-se ainda que estes indivíduos por muito tempo têm sido de uma certa forma excluídos pela sociedade, na tomada de decisão e na participação plena das suas actividades a nível sociopolítico, económico e cultural, causando assim problemas psicológicos e sociais. Para muitos, o combate à discriminação das crianças com Necessidades Educativas Especiais tem sido uma preocupação constante na educação de todos os países, e Cabo Verde não foge a regra.

A educação inclusiva exige do pessoal docente uma mudança de postura, no sentido de reflectir o seu papel como tal, que é fundamental no desenvolvimento do seu educando. O educador deve respeitar o seu educando, e desenvolver suas actividades a partir das suas diferenças. (Bautista, 1997)

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente aos alunos que apresentam dificuldades na escola, mas sim apoiar a todos que estão no processo de ensino e de aprendizagem, para que tenham sucesso.

Por tanto há necessidades de quadros qualificados, de reflexões de ordem política, assim como de sensibilização da sociedade para o desenvolvimento de inclusão dos portadores de deficiência em Cabo Verde. Porem, hoje verifica-se uma progressiva tomada de consciência de que o atendimento das crianças e jovens excluídos da escola regular e particular, a quem é imposto um percurso educativo paralelo, constitui uma prioridade.

É neste contexto que os actuais dirigentes cabo-verdianos têm, como uma das preocupações criar condições necessárias para o desenvolvimento dessa demanda. Esta inclusão tem como pressuposto fundamental proporcionar todas crianças uma oportunidade de aprendizagem e de convivência com a diversidade, evitando a exclusão social.

Neste sentido a escolha do tema “**A Inclusão de Crianças Portadoras da Síndrome de Down no Pré-escolar**”, deve-se, por um lado, tentar minimizar a rejeição ou a discriminação referente as crianças portadoras desta deficiência e tentar igualar as mesmas com as ditas normais, tendo em consideração que todas são pessoas com os mesmos direitos de oportunidade e igualdade. Por outro lado, é chamar atenção das autoridades competentes, neste caso, o Ministério da Educação, a dar mais atenção a essas crianças, criando condições a fim de ajudar combater o insucesso escolar e até certo ponto contribuir para uma política educativa eficaz que se pretende obter em Cabo Verde com essa camada estudantil que, pelo visto é um numero significativo.

Assim sendo, há uma necessidade de se realizar uma investigação neste domínio que esteja relacionada com o facto de não existência em cabo verde um estudo a este nível. Uma vez que um dos problemas que parece afectar os portadores de síndrome de Down em cabo verde é a rejeição, o que constitui um entrave à inclusão escolar e social.

**Para a realização deste estudo foram elaboradas as seguintes perguntas de partida:**

Qual é o actual cenário de inclusão escolar das crianças em idade pré-escolar com necessidades educativas especiais em Cabo verde?

Qual é o actual cenário de inclusão escolar das crianças portadoras de síndrome de Down no pré-escolar?

Que relação existe entre a qualificação de educador e a inclusão escolar?

Para responder a essas perguntas propôs-se os seguintes objectivos:

**Objectivo Geral:**

Compreender o processo de inclusão das crianças portadoras de necessidades educativas especiais – (em particular, crianças portadoras de Síndrome de Down) no pré-escolar.

**Objectivos específicos:**

- Levantar as medidas existentes para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no pré-escolar;
- Saber quais as dificuldades existentes no processo de inclusão nesta fase;

- Analisar as perspectivas normativas (lei de base);
- Analisar as representações da comunidade educativa sobre a inclusão das crianças portadoras de Síndrome de Down.

### **Estrutura do trabalho**

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos com os possíveis sub- temas.

**No capítulo I**, apresenta-se a introdução do trabalho, destacando as perguntas de partidas e os objectivos, geral e específicos.

**O Capítulo II**, debruçaremos sobre o enquadramento teórico, nomeadamente as definições de conceitos (educação especial, NEE, integração, inclusão, síndrome de Down), ainda reflecte sobre a história de educação especial em cabo verde.

**O Capítulo III**, Centra-se no estudo de caso, apresentaremos as metodologias, caracterização da instituição e da amostra, ainda faz-se a análise e discussão dos dados recolhidos dos entrevistados.

E por último, o **Capítulo IV**, apresentaremos as conclusões, os constrangimentos e as recomendações. O trabalho conta ainda com a referência bibliográfica e anexos.

## **Capítulo II- Enquadramento Teórico**

### **2.1- A Educação Especial**

Ao falarmos de educação especial é imprescindível referirmos o conceito de deficiência, uma vez que o primeiro conceito advém do segundo. A educação especial surgiu como forma de tentar enquadrar pessoas com algumas limitações ou dificuldades no ensino regular, enunciando assim o conceito de necessidades educativas especiais.

#### **Conceito de deficiência**

Deficiência é o resultado da interacção entre pessoas com diferentes níveis de habilidades, ou seja pessoas que apresentam limitações físicas, sensoriais ou mentais são consideradas incapazes porque não têm acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos serviços públicos. O termo deficiência serve para classificar pessoas diferentes das outras, devidas as suas limitações, mas o que não impede de serem respeitadas enquanto cidadãos com direitos e deveres (ferrão, 1998/99 cit of, Amarante 2008).

#### **Conceito de Necessidade Educativa Especial (NEE)**

O conceito de necessidades educativas especiais é considerado como resultado da interacção de uma grande variedade de factores, uns inerentes às crianças e outros ao meio e, o mais importante é o que relaciona com as respostas dadas pela escola. (Declaração de Salamanca, 1994)

Segundo a Declaração de Salamanca, as crianças com NEE são as que têm dificuldades escolares em alguns momentos da sua escolaridade.

Sendo a escola um lugar onde decorre a aprendizagem formal, ela tem reunido características específicas, aceitando crianças especiais com ritmos de aprendizagem diferentes e estão a procura de estratégias que satisfaçam essas necessidades. Neste contexto, representada pela UNESCO na Declaração de Salamanca (1994) sobre a escola inclusiva que defende uma educação para todos, assim como alguns documentos

reguladores nacionais «Lei de Base» em que o Ministério da Educação, tem desenvolvido política educativa que tenta dar respostas a essas situações. Amarante, (2008)

Para outros autores, o conceito de NEE não se refere apenas as que apresentam dificuldades intelectuais, sensorial e motor, mas também todos aquelas que apresentam dificuldades num dado momento da sua aprendizagem e não só os professores e todos aqueles que interferem no processo de ensino e de aprendizagem.

Um aluno apresenta NEE, se tiver dificuldades que exijam adaptações às condições em que se processa o ensino e a aprendizagem em algum momento da sua aprendizagem, ou seja, refere-se a incapacidade que o impede de fazer o uso das mesmas oportunidades que são dadas nas escolas aos alunos da mesma idade.

O conceito de NEE foi introduzido pelo famoso relatório de Warnock Report (1978), realizado através de um estudo de campo com crianças e jovens com problemas que chegaram a revolucionar uma grande perspectiva de intervenção no campo educativo e fazer com que os educadores actuam de acordo com a necessidade da criança.

Segundo o mesmo relatório, uma em cada cinco crianças necessita de uma forma especial de intervenção, ou seja, uma intervenção diferente daquilo que é praticado na escola regular normalmente e essa intervenção deve ser uma resposta para cada caso e tudo dentro do critério educativo com a finalidade de promover um desenvolvimento e educação do aluno em todos os seus domínios tais como: físico, emocional, intelectual, criativo e social para que possa viver como cidadão autónomo.

A educação especial é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência, de condutas típicas ou de altas habilidades (portadoras de NEE) e que abrange os diferentes níveis e graus de ensino, com objectivo de formar cidadãos conscientes e participativos (Correia, 2005).

Segundo Correia (2005), a educação especial é um conjunto de serviços especializados destinados para responder às necessidades educativas especiais de alguns alunos, tendo como base as suas capacidades e necessidades, afim de maximizar o seu potencial.

Em 1994, Salamanca, realizou a conferência mundial sobre NEE e concluiu-se que as crianças e jovens com NEE devem ter acesso às escolas regulares e cabe a elas adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas

necessidades. Desta forma, a inclusão significa a inserção do aluno na classe regular onde sempre que é possível deverá receber todos os serviços educativos adequados, contando-se para esse fim com apoio apropriado às suas características e necessidades (Correia, 1997).

A educação inclusiva remete-nos ainda a ideia segundo a qual mais do que integrar no ensino regular crianças que deles estariam excluídas, trata-se da escola incluir desde o início todas as crianças em idade escolar, quaisquer que sejam as suas características, evitando excluí-las e procurando oportunidades de aprendizagem bem sucedidas para todas elas, graças a diferenciação de estratégias que se impuseram (Lopes, 1997, cit of, Patrício 2002).

O sucesso da inclusão das crianças com deficiência na escola regular acontecer ou a possibilidade de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade dá-se por meio de adequação das práticas pedagógicas a diversidade das aprendizagens. Esse sucesso só se consegue alcançar, quando a escola regular assume que as dificuldades dos alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado (Mantoan, 2002).

Na década de 50 foi iniciada com a integração de crianças ditas normais, de raça negra, no sistema regular nos estados unidos, enquanto os deficientes só conseguiram dessa mudança de atitude por volta dos anos 70, a partir de outros movimentos de lutas a favor de integração de minorias, pela PL/142; de 1975, que foi proposto uma educação das crianças deficientes lado a lado com seus pares de forma gratuita e universal.

A integração foi o discurso da década de 70 e de algum modo mexeu com a estrutura tradicional do sistema, no final desta década, conseguiu reduzir o nº de alunos por turmas, de modo que integrar uma ou duas crianças com problemas numa sala de vinte alunos ditas normais, aconselhavam aos professores na possibilidade de determinarem uma dinâmica de aula diferente e não a super protecção do aluno integrado.

A integração é um movimento que permite a colocação da criança com deficiência a viver junto das crianças ditas normais, das pessoas da sua família e da comunidade. A mudança necessária para essa integração permite um meio saudável e que não seja um factor de restrição ou de ameaça.

A integração escolar é assim definida como *processo de educar, ensinar no mesmo grupo, as crianças com ou sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade de tempo de permanência na escola* (Declaração de Salamanca 1994:18).

O conceito de integração surgiu como forma de reforçar o conceito de NEE e com objectivo de mudar a atitude do ensino tradicional.

O relatório de Warnock, (1978), identificou 3 tipos de orientações para um carácter integrador da escola: 1º - A existência de meios complementares que facilitem o acesso aos conteúdos e actividades do programa;

2º - Adaptações dos programas através da pormenorização dos seus conteúdos;

3º - A alteração da organização e clima afectivo da actividade escolar na sala de aula para alunos com dificuldades de adaptação

Segundo Miranda (2005), existem diferentes tipos de integração, a acção educativa, integração funcional, e a integração social. **A acção educativa** é realizada em centros de educação especial instalados juntos da escola regulares, mas com uma organização diferente, compartilham-se apenas os espaços comuns como por exemplo, o pátio de recreio e os corredores; **A integração funcional** utiliza os mesmos recursos por parte dos deficientes e dos alunos das escolas regulares, mas em momentos diferentes, utilização simultaneamente dos recursos por parte dos dois grupos, utilizam a mesma instalação simultaneamente e com objectivo educativo comum; **A integração social** consiste na inserção individual de um aluno considerado deficiente num grupo ou classe regular. (Miranda, 2005).

## **2.2 A história da Educação Especial (EE)**

A abordagem histórica da EE é dividida em três épocas: a primeira, que podemos considerar como a pré-história da EE, segunda, aquela que é entendida como o cuidado com a assistência, por vezes, também com a educação prestada a um certo tipo de pessoas e é caracterizada por decorrer em situações e ambientes separados da educação regular; a última etapa, muito recente que encontramos actualmente. Esta caracteriza-se



por uma tendência que nos levam a supor uma nova abordagem do conceito e da prática da EE. Podemos determinar os primórdios da EE pelos finais do séc. XVIII. Esta época é caracterizada pela ignorância e rejeição perante os indivíduos deficientes Jiménez (1993).

Na idade Média a igreja condenou o infanticídio, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir as causas sobrenaturais às anormalidades de que padeciam as pessoas; considerou-as possuídas por demónios e submetia a prática de exorcismo.

No Sec. XVII e XVIII, os deficientes eram internados em orfanatos, manicómios, prisões e outros tipos de instituições estatais. Conviviam indiscriminadamente com os delinquentes, velhos e pobres Jiménez (1993).

A partir do século XIX, que foi o século das grandes descobertas na área da medicina, biologia e saúde, começou-se a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas aos seus problemas. Assim, estreou-se o que se chama de segregação institucional, onde o deficiente era tratado como doente, em algumas instituições. Eram recebidos em asilo de cunho religioso ou filantrópico, que era sua última moradia. Ao mesmo tempo, foram surgindo as escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que os deficientes poderiam ser produtivos quando recebessem um tratamento adequado.

Constrói-se escolas longe das povoações, com a desculpa de que o ar do campo lhes proporcionava uma vida melhor e saudável, davas cuidados e assistência a quem necessitava e protegendo o deficiente da sociedade sem que esta tivesse de suportar o seu contacto. (Bautista, 1997)

Durante a era das instituições criam-se escolas especiais para cegos e surdos, e no final do século XIX inicia-se o atendimento a deficientes mentais em instituições criadas para este fim.

Philippe Pinel (1745-1846) empreendeu o tratamento médico dos atrasados mentais e escreveu os primeiros tratados sobre esta especialidade. (op cit, 1997);

## **Educação especial em Cabo Verde**

A educação especial em Cabo Verde, iniciou a partir de 1993/94, com a contratação de dois técnicos para dar os seus contributos na implementação da educação especial integrado no país. Assim executou-se, no âmbito do GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento), o projecto e implementação da educação especial integrada (PIEEI), que após o período inicial foi integrado ao nível da DGEBS (Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário), como Sector da educação especial.

Aproveita-se para observar que a Lei de Base do Sistema Educativo de 1990 consentiu-se que o projecto fosse implementado no âmbito do ensino regular e assim foram propostos como objectivos a criação de condições para que as crianças/adolescentes com necessidades educativas especiais fossem integrados.

Assim, a partir da década de 90, o Governo vem apresentando algumas medidas teóricas-legais e práticas que fundamentam e reforçam as competências e intervenções do Sector da Educação Especial, a saber:

- 1990: A lei de Base do Sistema Educativo Lei 103/III/90 contempla, nos artigos 36 e 37 questões referentes à educação de crianças com deficiências, prevendo que estas possam ser integradas no ensino regular.
- 1994: Representantes de Cabo Verde participaram na Conferencia sobre Necessidades Educativas Especiais; acesso e qualidade.
- 1999: Direitos das crianças portadoras de deficiência foram integrados na Constituição da República (artigo 75).
- 2000: Cria-se a lei 122/V/2000 que estabelece as Bases Gerais da prevenção, Reabilitação e Integração dos portadores;
- 2003: Foram elaborados o plano Nacional de Educação para todos e o plano estratégico para a educação, ainda foram inscritas medidas de política referentes, à formação dos professores, particularmente em matéria das NEE.
- 2009: A criação de sala de recurso, com objectivo de apoiar as crianças com necessidades educativas especiais.

### **2.3 Integração e Inclusão**

O processo de Integração se traduz por uma estrutura que favorece um ambiente de convívio o menos restritivo possível, dando a pessoa com necessidades educativas especiais a oportunidade de participar de um modo dinâmico em todos os níveis, por outro lado, a Inclusão propõe um novo modo de interação social, no que há uma revolução de valores e atitudes, que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar. (Bautista, 1997).

O conceito de integração ainda pressupõe a centralização da deficiência na pessoa que a possui exigindo-se dela sua reabilitação para que possa (re) ingressar na sociedade.

Enquanto o conceito de Inclusão, parte do paradigma no qual a deficiência não é responsabilidade exclusiva de seu portador, cabendo à sociedade modificar-se para propiciar uma inserção total de quaisquer indivíduos, independentemente de seus deficits ou necessidades. Pressupõe, rever o papel da escola e consciencializá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação. (op cit, 1997)

Para entender melhor a situação dos portadores de síndrome de down na classe regular, tentaremos esclarecer o conceito de síndrome de down.

### **2.4 Conceito de Síndrome de Down**

**Síndrome de down** é uma alteração genética ocorrida durante ou imediatamente após a concepção, que se caracteriza pela presença a mais do cromosoma 21, ou seja, o indivíduo possui três cromossomas 21, em vez de dois, o que é anormal. São destacados três tipos de síndrome de down: a trissomia homogênea, o mosaicismo e a translocação. Jimenes, (1993).

Segundo o geneticista Jérôme Lejeune há um erro na distribuição dos cromossomas: em vez de 46 cromossomas, as células recebem 47 e o cromossoma a mais liga-se ao número 21. Assim surge o termo trissomia 21. A causa desse problema é o não

Pareamento dos cromossomas de forma apropriada, o que faz com que um dos gametas receba dois cromossomas 21 e outro nenhum. (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997)

Uma outra causa frisada por Galjaard e Nierweijer (1975) é a idade da mãe (quando a gravidez ocorre acima dos 38 anos), a existência do síndrome na família e também se um dos pais for portador da trissomia por translocação.

**Trissomia homogénea** é considerada um erro na distribuição dos cromossomas que acontece antes da fertilização, ou seja acontece durante o desenvolvimento do óvulo ou do espermatozóide. Segundo (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997), este tipo de trissomia é considerado o mais frequente em todos os casos, cerca de 90 por cento.

**Mosaicismo**, neste caso o erro acontece na segunda e terceira divisão celular, as consequências na formação do embrião, dependem do momento que acontece a divisão imperfeita e quanto mais tarde for, menos células serão afectadas, neste caso a criança será portadora no par 21, uma célula normal e uma trissomica, a incidência desses casos é aproximadamente de cinco por cento. (op cit, 1997)

### **Translocação**

É uma parte ou totalidade de um cromossoma que está unido a um outro ou totalidade de um outro cromossoma. Os cromossomas mais afectados são os grupos 13-15 e 21-22.

Esta anomalia pode acontecer no momento da formação do espermatozóide e do óvulo, ou mesmo no momento da divisão celular.

Assim todas as células serão portadoras de trissomia 21, tendo um par de cromossomas que estará sempre ligado ao cromossoma de translocação. De cada três casos de trissomia por translocação, um dos pais é portador da mesma, aumentando a possibilidade de ter filho afectado. (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997)

### **Aspectos físicos e psicológicos**

Síndrome de down na maioria das vezes provoca problemas de desenvolvimento cerebrais, físico e fisiológico, esses problemas na maioria acontece durante o desenvolvimento do feto. Essas crianças apresentam características físicas muito particulares e específica.

Segundo Lambert e Rondal (1982) esses indivíduos manifestam um desenvolvimento mais lento dos que são ditos normais. As pessoas com síndrome de down tem a cabeça mais pequena do normal, a parte de trás da cabeça é geralmente proeminente e frontal pode ser relativamente grande do que outras crianças normais, o nariz é pequeno com a parte superior achatada, os olhos são ligeiramente rasgados com uma pequena prega de pele nos cantos anteriores. (Sampedro, Blasco e Hernandez 1997)

A parte exterior da íris pode apresentar manchas ligeiras (que pode provocar alguns problemas na visão não muito grave), a boca é pequena, também os dentes, as vezes são mal formados e as línguas sair ligeiramente da boca, o pescoço é curto e as mãos são pequenas com dedos curtos, mão com uma só prega palmar em vez de duas; os pés podem apresentar um espaço ligeiro entre o primeiro e o segundo dedos com um pequeno sulco entre eles na planta do pé. A pele aparece aroxada e seca com o crescimento da criança, os cabelos são finos, relativamente ralos e lisos (Lambert e Rondal, 1982 cit of, Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

Segundo Sampedro, Blasco e Hernandez (1997), nos anos 70 começaram alguns estudos multidisciplinares, tendo como objectivo conseguir um conhecimento mais abrangente do desenvolvimento cognitivo e motor, da via sócio afectivo e dos processos de desenvolvimento inerentes a estas crianças.

Todas as crianças portadoras de Síndrome de Down, nos seus primeiros anos de vida apresentam atrasos consideráveis em todas as áreas de desenvolvimento e permanecem com menor importância até a idade escolar. Estas crianças são menos afectadas no desenvolvimento social e em contrapartida são mais afectadas na linguagem (op cit, 1997).

Segundo estes autores, independentemente desses atrasos, essas crianças seguem os passos normais do desenvolvimento.

De acordo com Nielsen, (1997), Tien e Hall, (1996), Cotrim e Almeida, (2006), cit of Amarante (2008), estas características particulares vão-se transformar numa deficiência cognitiva que pode ser ligeira ou moderada. São vários os factores que influenciam directamente o desenvolvimento cognitivo e intelectual das pessoas portadoras de Síndrome de Down, e entre eles destacaremos a percepção, a atenção e a memória.

Segundo Sampredro, Blasco e Hernandez (1997), as pessoas portadoras de Síndrome de Down tem maior dificuldade na visão, com uma incapacidade a nível da discriminação visual, sobretudo a nível da intensidade da luz, o que provocará quase sempre uma diferença significativa na visão e do reconhecimento táctil em geral.

Também é característico apresentarem deficiência na atenção. De acordo com Furty (cit. of Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997), eles necessitam de maior tempo para guiar a atenção a um aspecto, tem dificuldade na transferência de estímulos e também tem dificuldade de guardar na memória respostas mesmo depois de uma minuciosa exploração.

Em relação a memória Spitz (cit. Of, Sampedro, Blasco e Hernandez, ), é a favor de que os mecanismos básicos de aprendizagem e memorização sejam os mesmos para as outras crianças, só que a diferença reside no facto de que os processos empregados na organização espontânea da aprendizagem e memorização.

Estas pessoas podem possuir uma boa memória no que diz respeito ao conhecimento elementar em tarefas simples, mas quando tem que ter uma intervenção activa e espontânea, na organização do material a memorizar, demonstram menos capazes que as crianças dita normais.

A linguagem e a comunicação, são consideradas as áreas mais importantes para o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo. As pessoas com maior habilidade de linguagem podem comunicar melhor os seus desejos, sentimentos e pensamentos. Uma pessoa portadora de Síndrome de Down possui dificuldades no desenvolvimento da linguagem. Quando mais precoce foi criado o ambiente bom para favorecer a linguagem melhor será o futuro. (Lambert e Rondal, 1982 cit of, Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

Segundo Wishard (1988), Cotrin e Ferreira (2001) cito of, Amarante, (20008), a dificuldade de linguagem é devido a dificuldade de articulação da fala provocada pelas características físicas como a pequena cavidade oral, associados a uma baixa tonicidade muscular dos lábios, língua e queixo.

As pessoas portadoras da Síndrome de Down apresentam um atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem comparando-as com uma pessoa dita normal. Esta dificuldade é devida as características físicas e ambientais que influenciam

negativamente o processo do desenvolvimento, tais como: Problemas de acuidade e discriminação auditiva; Frequentes doenças respiratórias; Hipotonia da musculatura oro-facial; Alteração no alinhamento dos dentes; Palato ogival com tendência a fenda.

## **2.5- Intervenção Pedagógica**

A educação das crianças com Síndrome de Down deve seguir a mesma linha de educação de uma criança dita normal. A família e a escola tem que oferecer meios e assistência para todos desenvolverem as suas faculdades cognitivas e sociais específicas ao máximo possível (Mello e Silva, 1983).

Para fazer um plano de intervenção na educação especial deve-se começar pela recolha de informação detalhadas acerca da criança, a nível médico, psicopedagógica, familiar e social, incluindo a estimulação precoce que pode ser centrada na família e na criança (Da Fonseca, 1989).

Em relação as crianças com Síndrome de Down esta interacção pode decorrer mais cedo, visto que é detectada esta anomalia desde a formação do feto. (op. Cit 1989).

A intervenção educativa deve ter início no desenvolvimento psicomotor e da fala, que são nelas onde a criança apresenta maior dificuldades utilizando estratégias e metodologias de ensino específicas.

O problema do desenvolvimento psicomotor nas crianças com Síndrome de Down está directamente dependente da Psicomotricidade, associada aos problemas sensoriais e perceptivos que reflectem no conhecimento do espaço, desencadeando alterações na coordenação, organização prática, controlo postural e equilíbrio (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

O desenvolvimento espacial e temporal e a exploração motora são importantes para qualquer criança, por isso é indispensável uma adequada educação psicomotora. Em relação as crianças com Síndrome de Down, é indispensável uma adequada educação psicomotora e reabilitação da mão. (op. Cit, 1997)

Essa intervenção Pedagógica tem que ser feita dentro da sala independentemente se é individual ou em grupo, e levando em consideração a idade das crianças. É necessário que evite a indiferença, aumentar a curiosidade, promover o interesse e procurar melhor

as habilidades motoras, o equilíbrio, a coordenação dos movimentos, a relação espaço/tempo e ainda, melhor adaptação a interacção com as outras crianças utilizando a linguagem corporal. Esta intervenção vai ter como finalidade a eliminação de maus hábitos adquiridos e a aquisição de comportamentos sociais que poderão facilitar melhor a integração na sociedade (op. Cit 1997)

Pelo facto de as crianças com Síndrome de Down apresentarem alterações no processo perceptivo, associação da imagem e articulação motoras e gráficas, que são itens indispensáveis para aprendizagem da escrita e da leitura, são mais lenta a aprender, a escrever e a ler, comparando-as com as crianças ditas normais. Também tem dificuldades em estabelecer relações entre sinais, na representação gráfica e nos sons escutados, isto tudo porque apresentam dificuldades na motricidade fina. (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

No que tange a escrita e a leitura não devemos esquecer a maturação específica de factores que facilitarão este processo que são: aquisição do esquema corporal; desenvolvimento da memória e atenção; desenvolvimento da organização espaço-temporal; desenvolvimento da coordenação oculomotor; aquisição da linguagem básica; educação sensorial; desenvolvimento psicomotor e domínio da motricidade fina.

No caso da leitura deve-se dar mais ênfase à compreensão, trabalhando o vocabulário básico e a utilização de textos adaptativos às possibilidades da interpretação aos interesses da criança. (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

Levando em conta o domínio lógico-matemático, é de realçar tal como indicam Sampedro, Blasco e Hernandez, (1997), que este envolve uma dificuldade acentuada para estas crianças. A ideia de conjunto, tem como principal ingrediente a percepção espacial e o reconhecimento do esquema corporal, que são as áreas do desenvolvimento muito afectadas nestas crianças. É recomendada a intervenção na área dos conjuntos, que tem como fim o manuseamento de objectos dentro de um conjunto, quer por recurso a jogos livres, quer por recursos a jogos estruturados. (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

Geralmente as crianças com Síndrome de Down apresentam características físicas, cognitivas sociais e afectivas que podem ser positivas ou negativas. Das características positivas Sampedro, Blasco e Hernandez, (1997), evidenciam o gosto pelo jogo, pela competição, a tenacidade, a imaginação e o desejo de aprender e de agradar aos outros e



como obstáculo ao desenvolvimento da aprendizagem citam a fatigabilidade, a indiferença e curto tempo de atenção, complicando as vezes com a teimosia.

Se a criança criar num ambiente afectivo, tranquilo e adequado, que depende do ambiente escolar e familiar, ela tornará mais autónoma e segura. Neste processo, e para o estabelecimento de uma base sólida na relação da criança com o meio, é mais indicado que esta intervenção seja feita no pré-escolar. (Newcombe, 1999).

Na interacção com os adultos, Condeço et al (1999) cit of Amarante (2008), referem que estas crianças apresentam uma recaída para não aceitar a interferência dos adultos no decurso da realização das tarefas propostas, nomeadamente quando a intervenção do adulto pode modificar o contexto de aprendizagem.

### **Educação e a Síndrome de Down**

Apesar da sua complexidade, pela necessidade de se introduzirem adaptações de ordem curriculares, não invalida a possibilidade de evolução destas crianças, tudo depende de um grande esforço e acompanhamento do educador, poderão tornar-se cidadãos de modo a conseguir um crescimento equilibrado e desenvolver as suas potencialidades.

O aprendizado destas crianças deve começar a partir do nascimento e continuar na infância e adolescência, sujeito a adaptações curriculares e metodológicas próprias. Essa educação envolve não só educadores preparados, mas também os pais, profissionais da área de saúde e da sociedade em geral.

## **2.6 Deficiência, Dados Estatísticos do Cenário Cabo-Verdiano**

Segundo INE, (Instituto Nacional de Estatística) as estimativas da ONU (Organização das Nações Unidas) referem-se no mundo, cerca de 600 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Desta, 180 milhões são crianças. Pelo menos 400 milhões de pessoas portadoras de deficiência vivem nos países em desenvolvimento e cerca de 80 milhões vivem no continente africano.

De acordo com os dados de estatísticas (censo 2000), Cabo Verde, cerca de 3,2% da população é portadora de deficiência, o que equivale a 13,948 pessoas. Relativamente ao tipo de deficiência, a maioria (52%) são portadoras de deficiência físico ou motora,

41% representa a categoria outros (inclui a cegueira, a surdez e a mudez) e 7% correspondente a deficiência múltipla (combinação de duas ou mais deficiências).

Segundo o mesmo, 81% das pessoas portadoras de deficiência tem mais de 15 anos. Deste 1 por cento, pertence ao pré-escolar, 40 por cento ao ensino básico, 7 por cento o ensino secundário, 5 por cento dos alfabetizados, 1 por cento com o curso médio ou superior e os 46 por centos não tem nenhum nível de instrução.

Quadro I – Repartição da população deficiente por tipo de deficiência e por sexo.

Tipos de deficiência	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Deficiência motora	3.649	100	3.534	100	7.183	100
Paralisia cerebral	84	2,3	76	2,2	160	2,2
Paralisia total	95	2,6	97	2,7	192	2,7
Paralisia Membro Superior/inferior	750	20,6	572	16,2	1.322	18,4
Paralisia Lado esquerda/Direito	344	9,4	300	8,5	644	9,0
Outras paralisias	2.331	63,9	2.446	69,2	4.777	66,5
Múltipla Motora	45	1,2	43	1,2	88	1,2
Outras deficiências	2.820	100	2.955	100	5.775	100
Mental	692	24,5	655	22,2	1.347	23,3
Cego total	164	5,8	221	7,5	385	6,7
Cego parcial	984	34,9	1093	37,0	2.077	36,0
Surdo total	635	22,5	611	20,7	1.246	21,6
Surdo parcial	64	2,3	63	2,1	127	2,2
Mudo	92	3,3	85	2,9	177	3,1

Múltipla a outra	189	6,7	227	7,7	416	7,2
Deficiência Múltipla	486	100	504	100	990	100

Fonte: INE Censo de 2000: 19

Dos 13631 mil portadores de deficiência efectivos, 41,9% nunca foram à escola, 42,8% afirmam que já frequentaram e apenas 15,3% estão a frequentar. Da população que está a frequentar, 17% do sexo masculino e 13,6% do sexo feminino (quadro II).

Como se afirma este quadro, a percentagem do sexo masculino na participação da escolarização básica é superior à do sexo feminino, o que permite-nos uma análise comparativa por sexo, nos mostra que as meninas portadoras de deficiências são os mais desfavorecidas, uma vez que existe uma proporção mais elevada de meninas do que rapazes que nunca frequentaram a escola

Quadro II- repartição da população deficiente por sexo e por frequência escolar

Escolarização Básica			Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
<b>Nunca Frequentou</b>	5714	41,9	2122	31,3	3592	52,5
<b>Frequentou</b>	5831	42,8	3513	51,7	2318	33,9
<b>Está a frequentar</b>	2086	15,3	1155	17,0	931	13,6
<b>Total</b>	13631	100	6790	100	6841	100

Fonte: Censo 2000: 27

Das 269 crianças dos 4 aos 5 anos portadoras de deficiências abrangidas pelo inquérito, 59,1% nunca frequentou o ensino escolar, 4,1% frequentou e 36,8% ainda está a frequentar o ensino escolar.

Podemos constatar que mais da metade destas crianças ficam excluídas do sistema escolar. Com base no quadro III, constatamos que a percentagem da população portadora de deficiência na faixa etária dos 6-9 e 10-14 anos, até a altura do censo é mais elevada os que estão a frequentar o ensino escolar dos que nunca frequentaram o ensino.

**Quadro III** - Repartição da população portadora de deficiência de 4 a 19 anos por frequência escolar.

Faixa Etária	População portadora de deficiência		Frequência Escolar					
			Nunca Frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
<b>4-5</b>	269	100	159	59,1	11	4,1	99	36,8
<b>6-9</b>	845	100	208	24,6	69	8,2	568	67,2
<b>10-14</b>	1.192	100	160	13,4	125	10,5	907	76,1
<b>15-19</b>	946	100	157	16,6	460	48,6	329	34,8

Fonte: INE, Censo 2000: 28

Correspondente aos dados analisados sobre a frequência escolar da população a nível nacional, verificamos que se verifica o mesmo cenário para o meio rural, ou seja que nesse meio verifica-se a maior proporção dos que nunca frequentaram a escola e uma percentagem menor, aqueles que está a frequentar o ensino até o momento do recenseamento. Ainda constatamos que a camada feminina portadora de deficiência do

meio rural, continuam sendo menor a frequentar o ensino escolar, por esse motivo tiramos a conclusão que a camada feminina continua sendo a mais desfavorecida (Quadro IV).

**Quadro IV** - Repartição da população portadora de deficiência de 4 anos a mais, por meio de residência por frequência escolar e por sexo.

Frequência Escolar	Meio Urbano				Meio Rural			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
<b>Nunca Frequentou</b>	807	26,6	1.440	46,1	1.315	35,0	3.714	57,9
<b>Frequentou</b>	1.656	54,6	1.194	38,2	1.857	49,4	1.124	30,3
<b>Está a frequentar</b>	570	18,8	493	15,8	585	15,6	438	11,8
<b>Total</b>	3.033	100	3.172	100	3.757	100	3.714	100

Fonte: INE, Censo 2000:29

## 2.7 Enquadramento Legal

Desde antiguidade, as pessoas portadoras de deficiências eram vistos como um ser estranho, prejudicial que deveriam ser afastadas da vida colectiva, incapaz de conviver com os outros. Para promover a inclusão social dessas pessoas foram desenvolvidas várias políticas por organizações mundiais e algumas ONGs.

O programa de acção Mundial que está referido às pessoas deficientes com a finalidade de promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, reabilitação e realização dos objectivos de “igualdade” e participação plena” das pessoas deficientes na vida social e no seu desenvolvimento. Isto é, significa que todos têm a mesma oportunidade de uma participação plena e na melhoria das condições de vida da sociedade. Segundo o mesmo programa estes princípios devem ser aplicados com o mesmo objectivo e a mesma urgência em todos os países independentemente do seu nível de

desenvolvimento (Mitter, 2003). Também a Organização das Nações Unidas para a educação, Ciências e Cultura (UNESCO) declara que todos os deficientes devem receber da comunidade serviços adequados as necessidades individuais específicas (op cit, 1990).

### **Educação Infantil/Pré-escolar**

A educação infantil surgiu a mais de um século, com o objectivo de promover o desenvolvimento das crianças pequenas e não só. Pretendia-se com isso criar também uma implementação de actividades especiais junto das crianças, que corriam risco de serem vítimas do insucesso escolar.(Spodek, 1999).

Este autor considera a educação infantil como uma educação que envolve a criança desde o nascimento até aos oito anos de idade. Embora, ela não acontece da mesma forma para todas as crianças, e é reconhecer que muito se tem feito para melhorar a educação desta faixa etária.

### **Conceito de Jardim-de-Infância**

O jardim de infância é o contexto educativo onde se desenvolve a acção pedagógica dos educadores, abrangendo não só o espaço físico, material, temporal, os grupos de crianças e formas de integração, mas também a colaboração da família e da comunidade é fundamental, devendo valorizar o papel do educador na construção de um bom processo de ensino e de aprendizagem (L.B.S.E<sup>1</sup>, 1990).

Para efectivar este processo é fundamental que a organização do jardim seja feita em termos de tempo e espaço de sala de aula e das actividades que irão ser desenvolvidas. A organização por áreas de interesse permite uma variedade de acções e possibilita um modelo educativo centrado na riqueza e na autonomia da criança. As actividades deviam ser desenvolvidos pelos objectivos e pela natureza de cada área. Na realização das actividades é importante pedir a participação das crianças e dos pais, deixando-os

exporem as suas ideias livremente sempre que for necessário isto é segundo o próprio (M. E. E.S. 2006).

Para além da organização do espaço existe um outro factor considerado muito importante para a educação pré-escolar que é a gestão do tempo. Segundo a LBSE (1990) a aprendizagem constrói no tempo, daí que é fundamental proporcionar as crianças, tempo para que possam realizar determinadas tarefas, manter uma relação interpessoal, descobrir a si própria e aos outros para poderem se situarem e organizarem as suas ideias. Mas neste processo é necessário levar em conta o ritmo de cada criança e a sua vivência no tempo.

Ao educador compete-lhe, através da sua prática pedagógica, tornar o jardim-de-infância um estabelecimento de educação de qualidade orientado para o desenvolvimento integral da criança e de apoio a família. Para isso o educador deve observar, planear, intervir e avaliar a sua acção pedagógica articulando com a família e com os outros parceiros educativos, comunicando os resultados da sua intervenção o que implica que o educador, desempenhe outras funções específicas como a observação das crianças em seu ambiente escolar e social, o que permite conhecer as capacidades, interesses e dificuldades das crianças que ajudaram no planeamento e na avaliação das suas actividades nos jardins. (M E E, 2006)

Cabe ainda ao educador detectar das dificuldades dos educandos, promover a intervenção precoce, zelar pela saúde e higiene, organizar os espaços, os materiais e o tempo, com base nas observações dos interesses e necessidades dos seus educandos, proporcionando actividades integradoras em vários domínios curriculares. É também da competência do educador de infância envolver os pais /encarregados de educação e a comunidade consciencializando-os para a participação e envolvimento activo no trabalho desenvolvido no jardim de infância, e ainda solicitar o apoio e colaborar com os parceiros, nacionais e internacionais, que trabalham em benefício da criança. Para terminar o educador deverá facilitar a transição das crianças para o ensino básico integrado, colaborando com os professores do 1º ciclo no sentido de uma efectiva articulação entre os dois níveis educativos (M.E.E, 2006).

## **Princípios Básicos da Educação Infantil**

Para que a intervenção educativa seja de qualidade, os educadores devem levar em conta na utilização do contexto educativo adequado à idade e ao desenvolvimento: cognitivo, social e emocional das crianças; acolher as crianças estabelecendo uma relação de confiança e construir um ambiente seguro baseado na empatia e respeito mútuo; procurando o modo de dar uma atenção especial às crianças que apresentam maior dificuldade na adaptação, ajuda-las a uma boa integração; favorecer os processos que permitam a aprendizagem da criança tendo em conta a sua própria acção. (LBSE 1990).

Segundo essa mesma legislação, nesta prática pedagógica a criança é tomada como o centro de aprendizagem participando, colaborando e manifestando os seus interesses e executando a sua iniciativa e autonomia. Neste contexto, importa promover e apoiar actividades lúdicas, como o jogo de faz de conta e outras brincadeiras, de acordo com as áreas de conteúdo e numa perspectiva integrada, valorizando os pré-requisitos de aprendizagem das crianças e criando um ambiente estimulante e seguro para que se possa construir uma aprendizagem significativa.

## **Legislação**

A educação especial em cabo verde assenta em princípios que são destacados em vários documentos que de seguida descreveremos:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo 26º, preconiza que todos os deficientes têm os mesmos direitos e obrigações e também de participar na construção da sociedade. Cabe sociedade oferecer oportunidade de carreira e formação profissional e não pensões de reformas prematuras ou de assistência pública.

O artigo 32º da mesma declaração, afirma o direito de todas as pessoas sem distinção, ao casamento, igualdade de acesso aos serviços públicos, segurança social e realização dos serviços económicos, sociais e culturais.

A constituição da Republica de 1992, postulado no artigo 72º, diz o seguinte:



- Garantir a prevenção, o tratamento, a realização e integração de portadores de deficiência,

- Garantir aos portadores de deficiência as condições económicas, sociais e culturais que permitem participar na vida social,

- Sensibilizar a comunidade para os problemas dos portadores de deficiência, evitar o seu isolamento e a sua marginalização social (Constituição da Republica, 2000).

Ainda a mesma constituição (1º revisão ordinária 1999/edição de 2000) o artigo 75º refere-se aos direitos dos portadores de deficiência. Estes têm o direito à protecção especial da família, da sociedade e dos portadores públicos. Para efeito da concretização desse artigo, os poderes públicos devem:

- Promover a protecção da deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores, bem como as condições económicas, sociais e culturais que facilitam a sua participação na vida activa;

- Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os portadores de deficiência, fomentando e apoiando as respectivas organizações de solidariedade;

- Organizar, fomentar e apoiar a integração dos portadores de deficiência no ensino e na formação técnico-profissional;

Relativamente a educação, o estado apoia o ensino especial e a criação de escolas especiais de formação técnico-profissional para os portadores de deficiência propondo-a:

- Generalização em três anos, como parte dos programas de formação em serviço e oferta de cursos sobre o atendimento básico a alunos com NEE, para os professores em exercício no ensino básico, utilizando programas de educação a distancia através da Rádio Educativa e Televisão Nacional (MEES, 1996).

## **2.8 Organização e objectivos do sistema educativo Cabo-Verdiano**

O sistema educativo cabo-verdiano conta os seguintes subsistemas: a educação pré-escolar, escolar que abrange o ensino básico, o ensino secundário, médio, superior e as modalidades especiais do ensino (Educação Especial) e de educação extra-escolar (educação de adultos) (LBSE, 1990).

Considerando o pré-escolar como sendo a primeira etapa de educação básica e um modo de complementar a acção educativa da família, no qual se mantêm uma estreita relação de cooperação que favorece uma formação e desenvolvimento equilibrado da criança, a inclusão de crianças portadoras de deficiência nesse nível de ensino é indispensável uma vez que promove um maior desenvolvimento da integração social, logo o seu desenvolvimento geral.

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idade compreendida entre os três e a idade de ingresso ao ensino básico, ela é facultativa, principalmente das iniciativas das autarquias locais, instituições religiosas, ONGS, assim como de entidades privadas constituídas sob forma comercial ou cooperativa. Assim, cabe ao Estado apenas regulamentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação nesta fase do pré-escolar, nos termos da Lei de Base do sistema educativo é realizada em jardins-de-infância das autarquias locais ou das instituições privadas oficialmente reconhecidas pelo Ministério da educação.

Segundo a LBSE, jardins-de-infância é um contexto onde-se desenvolve as acções educativas dos educadores e não se refere somente ao espaço físico, material ou crianças, mas sim, a integração da família e da comunidade e fundamentalmente valorizando o papel do educador na construção de um bom processo de ensino e aprendizagem da criança.

Para que este processo tenha sucesso, o educador deve seguir as orientações curriculares para o pré-escolar. Segundo o mesmo, todas as actividades desenvolvidas nos jardins-de-infância devem estar inseridos em três áreas de conteúdo: o desenvolvimento pessoal e social, a expressão e a comunicação e o conhecimento do mundo. As actividades desenvolvidas devem ter em conta as metodologias lúdicas, significativas e centrada na criança, tendo em conta o contexto familiar e social.

A lei de base do sistema educativo cabo-verdiano n°115/90 art. 17, consagra alguns objectivos da educação especial como a recuperação e integração socioeducativas dos indivíduos com NEE, devido às deficiências físicas e mentais, integrando actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas as famílias, aos educadores e às comunidades.

Através da lei de base do sistema educativo, o Ministério da Educação e Ensino Superior, garante a inserção no ensino de pessoas portadoras de deficiência, mas não especifica se esta inserção seria no ensino regular ou especial. Nesta forma o artigo 44 da mesma lei propõe que as crianças e jovens portadoras devem beneficiar de cuidados educativos adequados, cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar os meios educativos necessários e de apoiar as iniciativas autárquicas e particulares conducentes

O plano estratégico para a educação (MEES, 2003), indica como principais medidas e políticas: a integração nos programas de formação inicial contínua dos professores do EBI, a adaptação de algumas escolas e a construção de novas escolas para as crianças com necessidades educativas especiais e o reforço das equipas de conselheiros de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem.

O referido plano prevê ainda acções no sentido de alargar e melhorar o atendimento das crianças com NEE, conforme o quadro que se segue.

#### **Quadro nº V: Síntese do plano Estratégico para a Educação**

<b>Ações</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Actividades</b>	<b>Resultados esperados</b>
Adaptação das escolas aos requisitos das crianças com NEE	Adequar as condições físicas das escolas às crianças com NEE	Desenvolvimento de parcerias com autarquias e com associações de defesa dos direitos das crianças deficientes, sensibilização dos gestores escolares	Adaptação das condições de acesso e de permanência dos alunos, sensibilização das famílias e das autarquias locais, mobilização dos parceiros externos	50% das escolas do Ensino Básico oferecem condições de acolhimento às crianças com NEE.
Formação de agentes educativos nas valências de Educação Especial	Melhorar o atendimento às crianças com NEE	Introdução nos currículos de formação inicial e em exercício de temáticas ligadas ao ensino especial; mobilização de parcerias internas e externas	Sensibilização das organizações públicas e privadas; especialização de professores em ensino especial	50% dos agentes educativos recebem capacitação em matéria de Ensino Especial

Fonte: Plano estratégico para a educação, 2003

Nesta perspectiva o programa do governo para legislatura de 2006/11 prevê o fortalecimento de Educação com ênfase na integração escolar das crianças com NEE.

### **Capítulo III - Estudo de Caso**

O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação, especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores. Yin (1994) afirma que esta abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, e procura encontrar interacções entre factores relevantes próprios dessa entidade, com o objectivo de descrever ou analisar o fenómeno a que se acede directamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno. Bell (1989) define o estudo de caso como um termo guarda-chuva para uma família de métodos de pesquisa cuja principal preocupação é a interacção entre factores e eventos. Fidel (1992) refere que o método de estudo de caso é um método específico de pesquisa de campo, que investiga fenómenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do investigador.

#### **3.1 Caracterização da amostra**

Num estudo de caso a escolha da amostra ganha sentido muito particular (Bravo, 1998), uma vez que a selecção da amostra é fundamental, por constituir o cerne da investigação. Apesar da selecção da amostra ser extremamente importante, Stake (1995) previne que a investigação num estudo de caso, não é baseada em amostragem. Ao escolher o “caso” o investigador estabelece um fio condutor lógico e racional que guiará todo o processo de recolha de dados. (Creswell, 1994).

Segundo Bravo (1998), a constituição da amostra é sempre intencional baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos, em detrimento dos critérios probabilísticos, procurando as variações máximas e não a uniformidade.

Neste estudo a escolha da amostra foi feita de uma forma intencional, onde o pesquisador escolheu deliberadamente a amostra sem recorrer a nenhum método estatístico. Esta escolha deve-se unicamente por ser o único jardim onde encontramos crianças portadoras de síndrome de Down.

Para a realização do estudo tivemos os seguintes participantes: uma criança do pré-escolar, portadora de trissomia 21, os respectivos pais, a monitora, a directora do jardim e um técnico da educação especial.

A monitora tem 12º ano e escolaridade, com formação profissional em educação de infância, trabalha há 10 anos com a educação pré-escolar, mas não tem formação na área de educação especial.

A família da criança pertence a classe “baixa”, idades compreendidas entre 30 a 36 anos de idade. A mãe da criança é doméstica e possui 6º ano de escolaridade, enquanto que o pai é guarda da Câmara Municipal e tem 9º ano de escolaridade e ambos são muito empenhados na educação do filho.

Relativamente à criança em estudo, ela tem 4 anos de idade, do sexo masculino e vive com os seus pais na Localidade de Lém Cachorro. Ela é uma criança alegre, activa, “autónoma”, simpática, obediente e com a auto-estima muito elevada.

### **3.2 Caracterização do jardim Cruz vermelha**

O Jardim Cruz Vermelha fica situado no Platô, Cidade da Praia. Segundo as informações recolhidas junto da direcção do mesmo, é uma instituição que presta serviço social aos mais “carenciados”, mesmo assim não deixa de ser reconhecida pelo Ministério da Educação e Ensino Superior, leccionando o nível pré-escolar com crianças dos 4 aos 6 anos.

A instituição iniciou a sua actividade lectiva no ano 1975, com as crianças da localidade da praia.

O jardim conta com serviços de transporte para o deslocamento das visitas e de refeições quentes para as crianças que frequentam os dois períodos, e actualmente acolhe 71 crianças.

## **Corpo docente**

O jardim tem 7 monitoras, dessas, 6 possuem a formação profissional de monitores e 1 concluiu o curso médio de educadores de infância no Instituto Pedagógico.

## **A direcção**

A direcção é constituída por uma directora pedagógica, a quem cabe a tarefa de controlar os serviços financeiros. A instituição conta ainda com 4 empregados dos serviços gerais.

## **Procedimento do estudo**

A recolha e tratamento da informação compreende diversas etapas deste estudo e iniciou-se com o levantamento e leitura de literatura sobre a temática em estudo. Antes da elaboração do instrumento, pediu-se a autorização para a aplicação da entrevista aos pais, à monitora, à coordenadora do jardim e ao técnico do ensino especial, também para uma observação no jardim onde a criança em estudo permanece durante o dia. Em seguida foram elaborados os instrumentos de suporte para uma investigação qualitativa que são os inquéritos sobre o modo de entrevista semi-aberta na qual foi utilizada perguntas para pais, para a monitora, directora do jardim e para o técnico de ensino especial com perguntas relacionadas com o tema em estudo.

### **3.3- Recolha e Tratamento dos dados**

O estudo teve como procedimento inicial a revisão bibliográfica e análise de autores que assentam a sua actividade de investigação em questões relacionadas com os seguintes conceitos-chaves: necessidades educativas especiais, educação especial, inclusão e integração escolar, síndrome de Down.

A investigação realizada foi essencialmente qualitativa, sendo ambiente natural o jardim Sorriso, especificamente uma das salas do Pré-Escolar, onde se encontra uma criança portadora de Trissomia 21, por isso, essa sala de aula é considerada uma fonte directa dos dados. Valorizar-se-ão sobretudo os processos de investigação e a análise de dados que será tendencialmente indutiva.

Pesquisa qualitativa é indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de colectar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos (Reneker, 1993 cit. of, Dias, 2000: s/p).

O estudo de caso é uma metodologia que recorre às várias técnicas de recolha de informação, (observação, entrevista, documentação) com a finalidade de reunir um vasto número de informações, de forma mais pormenorizada possível e com vista a abranger a totalidade da situação em estudo.

Com efeito, essa pesquisa permite-nos realizar uma análise mais profunda e subjectiva do tema em estudo, apresentando uma maior flexibilidade. Para tal usaremos como estratégias metodológicas inquérito por entrevista semi-estruturado, e observação participante, com recurso á análise do conteúdo.

### **Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que vai identificar o que vem ser dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005, p. 15). Segundo Bardin (1977, p. 42) a análise de conteúdo é como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo e das mensagens.



### **3.4 Análise e Discussão dos Resultados**

#### **3.4.1-Análise da entrevista feita com a monitora do jardim da Cruz Vermelha**

Segundo a monitora, a criança em questão apresenta algumas dificuldades de atenção e de concentração, por isso, precisa de mais tempo para realizar as suas actividades. Apesar das suas limitações, a monitora consegue transmitir-lhe alguns conteúdos sem grandes dificuldades, uma vez que a criança se mostra interessada para além de ser obediente e aberta. Por outro lado a experiência da monitora de ter convivido com um irmão que chegou a ser rejeitado nas escolas por possuir o mesmo problema da criança referida fez com que ela sensibiliza-se e desse mais atenção à esta criança. A forma atenciosa e carinhosa de se relacionar com a criança, permitia que muitas vezes a monitora conseguisse adequar a sua intervenção às necessidades da criança, o que reduzia bastante as dificuldades em ensiná-la. A entrevistada declara ainda, que não dá uma atenção especial para crianças portadoras de necessidades educativas especiais, caso particular da síndrome de down, ou seja, que não lhe trate como crianças diferentes ou deficientes, mas que apenas respeita as suas limitações e o seu direito à igualdade de oportunidade.

Como se sabe as crianças com trissomia 21 apresentam de uma forma geral, um défice a nível da cognição que estará associado à diferentes características biológicas e ambientais. Esta dificuldade está associada à alguma característica física dessas pessoas, principalmente a dimensão reduzida do canal auditivo e a tendência para infecções no ouvido, o que pode afectar nas aprendizagens principalmente em ouvir e prestar atenção.

Segundo Furby (1974), esses indivíduos precisam de mais tempo para dirigir a atenção a um determinado aspecto e tem maior dificuldade em transferir estímulos de um aspecto para o outro. Uma outra dificuldade é de reter ou inibir as respostas mesmo após uma exploração pormenorizada. Neste sentido é necessário estimular e procurar maior motivação e interesse dessas crianças.

Tendo em conta, uma criança com dificuldades de aprendizagem que precisa de muito mais tempo para acompanhar uma actividade e de mais estímulos com metodologias diferenciada para conseguir uma melhor aprendizagem, essa aprendizagem depende muito da atitude do educador. Toda a criança num dado momento da sua aprendizagem vai precisar de atenção especial, não considerando por ser ele deficiente, mas sim porque todo o ser humano precisa disso.

No que tange às actividades propostas, a monitora disse que a criança consegue realizar as actividades, mas de forma mais lenta. De acordo com esta afirmação a criança desenvolve as actividades num ritmo mais lento devido a um défice cognitivo que são características comuns dessa deficiência, a falta de concentração e atenção, tudo isso leva um atraso no seu desenvolvimento global.

Sampedro, Blasco e Hernandez, (1997), afirmam que as crianças com trissomia 21 por apresentarem alterações no processo perceptivo, associações das imagens e articulações motoras e gráficas, que são consideradas requisitos necessários para aprendizagem da leitura e da escrita, aprendem mais lentamente do que as ditas normais. Também por apresentarem dificuldades na motricidade fina, essas crianças têm dificuldades em estabelecer relações entre os sinais, na representação gráfica.

Esses autores apresentam algumas estratégias para a melhoria do ensino e aprendizagem desses indivíduos tais como: evitar o trabalho num ambiente que pode provocar dispersão, fornecer instrumentos verbais claras e acompanhadas de acção, iniciar com tarefas curtas e intercalar com diferentes níveis de exigências e interesse para evitar o cansaço (op.cit. 1997).

A monitora apresenta a “pintura” como a actividade predilecta da criança.

Quanto a actividade que a criança apresenta mais dificuldade, a entrevistada refere a realização de actividades motoras que são realizadas no pátio. Como se sabe uma das características principais da síndrome de down e que afecta directamente o desenvolvimento psicomotor é a hipotonia generalizada que acompanha as crianças durante toda a vida em diferentes graus, apesar da tendência em diminuir-se espontaneamente.

Esta hipotonia encontra-se no sistema nervoso central e afecta toda a musculatura da criança, Por isso actividade como correr, saltar, subir, balançar, escorregar são

actividades que precisam de concentração, atenção e deve-se levar em conta a maturação específica de factores que facilitam esse processo tais como: aquisição do esquema corporal, desenvolvimento de atenção, desenvolvimento da organização espaço temporal, desenvolvimento da coordenação oculomotora, psicomotor e entre outros (Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997).

No desenvolvimento psicomotor não podemos ter em conta apenas os aspectos motores-musculares, mas também o processo de simbolização que está relacionado com o desenvolvimento intelectual.

Questionada sobre as limitações motoras da criança, a monitora declara que esta não apresenta dificuldade neste domínio.

Ao meu ver esta criança, apresenta sim as dificuldades motoras, uma vez que pude constatar que ela não realiza vários exercícios que têm ligações directas com a área motora como por exemplo os exercícios que permitem o desenvolvimento da motricidade fina, exercícios da expressão motora (correr, saltar, baloiçar, etc.).

Quanto ao relacionamento existe, segundo a monitora, uma óptima relação na sua sala entre as crianças ditas normais e a criança em estudo e destas para com ela. As crianças demonstram muito afecto para com a referida criança e esta por sua vez, partilha do mesmo sentimento para com os seus colegas, por ser meiga e bastante carinhosa.

Apesar do carinho demonstrado entre si, reparei que a criança mostra-se muitas vezes interesse em brincar com os mais velhos.

No que diz respeito a problemática de integração e da inclusão de criança portadora de NEE, a monitora afirmou que o jardim é o lugar apropriado para a educação dessa criança, mas desde que haja pessoa com qualificação para o atendimento dessa criança. Afirma que não tem formação para responder todas as necessidades da criança, que gostaria muito de poder ajudar, que faz o possível para poder entender os conteúdos.

Relativamente a integração e inclusão dessas crianças, ela disse que deve-se ocorrer de forma normal como qualquer outra criança ditas “normais”.

Esta postura da monitora, mostra que ela defende uma educação para todos e o sucesso dessas crianças na escola regular.

Segundo Teresa e Mantoan (S/d), esse sucesso, só se consegue, quando a escola regular assume que as dificuldades dos alunos portadores não são apenas deles, mas sim, de um modo geral acentua-se no ensino como é ministrado.

Segundo Mel Ainscow (1997), na escola inclusiva a intervenção não deve ser apenas orientada para diminuir as dificuldades das crianças, mas sim, trabalhar no sentido de criar condições para a sua realização enquanto pessoa, anulando barreiras nos contextos em que a criança vive. Sendo assim a educação de criança é uma actividade complexa que exige adaptações de ordem curriculares e requer um acompanhamento muito cuidadosa dos educadores.

A monitora, não apresenta nenhuma estratégia específica. Ela tinha dito na resposta anterior que não tinha dificuldade em relação ao ensino e aprendizagem dessa criança, e que tratava tudo de igual forma, comparado com as outras, respeitando a sua diferença e as suas limitações.

A falta de estratégias deve-se a falta de capacitação dos educadores de infância neste nível de ensino, tendo em conta a resposta da monitora, percebe-se que ela não tem consciência de estratégias metodológicas que essas crianças carecem para compreender as coisas.

Ainda é de salientar que a educação das crianças é uma actividade complexa, uma vez que exige adaptação de ordem curricular que requer cuidados dos educadores e dos pais. É importante que os educadores conheçam cada dificuldade e habilidade da criança a fim de promover o seu desenvolvimento e possibilitar novas aprendizagens.

Cotrim e Ferreira (2001, Cit of Almeida, 2006, in Amarante 2008), afirmam que as crianças com trissomia<sup>21</sup> têm dificuldades específicas a nível da cognição e precisam de programas de intervenção particulares que permitem compensar directamente essas dificuldades. Um estímulo muito utilizado e recomendado por Constantino, Cotrim e Ferreira, nos processos de aprendizagens para aumentar a motivação e a atenção dessas crianças, é a apresentação de apoio visual.

Quanto as recomendações deixadas pela monitora aos pais das crianças portadoras de qualquer tipo de deficiência, aos jardins-de-infância para darem mais atenção, que não devem os discriminar pelas suas limitações, porque são todos iguais perante a lei, não as

fecharem dentro de casa porque a sociedade as rejeitam e também não as superproteger porque muitas vezes essa protecção torna a criança num ser frágil e sem poder de decisão. Quando um pai esconde o seu filho da convivência social, está a criar uma barreira na vida dele, ou seja, não há socialização.

Em relação ao ministério da educação e as escolas regulares deve-se criar mais condições para adequar as dificuldades de cada deficiência e trabalhar para a sensibilização da sociedade em geral sobre este aspecto. De acordo com a constituição da república de cabo verde de 1992, postulado no art.72: garantir as portadoras as condições económicas, sociais e culturais que lhes permitam participar na vida social e sensibilizar a comunidade para os problemas da deficiência e evitar o seu isolamento e a sua marginalização social (Constituição da Republica, 2000) e não só falar da inclusão, porque só isto não constituirá benefício algum para os portadores da deficiência.

### **3.5 Análise da Entrevista feita com a Directora do Jardim da Cruz Vermelha**

No que tange a existência dos portadores de necessidades educativas especiais no referido jardim, constatamos a existência de duas crianças com NEE, uma portador de síndrome de down e a outra paralisia cerebral.

Quanto ao nível do desenvolvimento, a criança Down, apresenta um nível razoável em relação à menina com paralisia cerebral. Tendo em conta o seu primeiro contacto com jardim-de-infância e uma criança com algumas limitações, nesse momento já consegue resolver algumas actividades, interage com os colegas, os adultos e entre outros.

Afirmou-se, que houve progresso da criança em relação ao tempo que ela entrou no jardim, mas não como queriam porque têm falta de recurso humano que possa dar um atendimento de qualidade para essa criança.

Quanto à criança com paralisia cerebral, a directora afirma que ela não evolui, porque esse caso é muito mais difícil trabalhar.

Relativamente às monitoras, a entrevistada disse que não são qualificadas ao nível das necessidades educativas especiais. Diz ainda que não está de acordo com o trabalho

dessas pessoas no que diz respeito as crianças portadoras das NEES, porque elas não estão preparadas para atender com sucesso a esses indivíduos. No entanto não há nada por fazer nesse momento, não tem condições nenhuma para contratar agentes com qualificação específica para o atendimento dessas crianças.

No decorrer do meu estágio verifiquei que a directora fazia muito esforço para a integração das crianças portadoras de deficiência, mas é de se referir que não há inclusão. Como afirma, lê muito sobre as deficiências, tem muitas informações, mas não pode acompanhar as crianças no seu desenvolvimento global tendo em conta as salas que são três, sozinha não consegue dar o rendimento. Para além tem outras responsabilidades a prestar neste mesmo Jardim.

Para Nielsen (1999 cit in Almeida 2006), no processo de ensino e aprendizagem é necessário levar em conta algumas estratégias como: estabelecer objectivos adaptados às particularidades de cada criança, adaptar o tipo de tarefa a realizar e o recurso a estímulos visuais e a material audiovisual.

Tendo em conta as estratégias acima referida, para a educação das crianças portadoras de trissomia21, pode-se dizer que é da responsabilidade do Ministério da Educação quem elabora o curriculum, faz as devidas adaptações curriculares com os demais intervenientes, incluindo as monitoras que vão executar, fazendo o máximo possível para adaptar a realidade de cada criança.

Quanto aos apoios para a educação das crianças portadoras de deficiência, (síndrome de down), pode-se constatar que no referido jardim não costumam receber qualquer tipo de apoio para a educação das crianças com necessidades educativas especiais, o que se pode reparar um défice no atendimento dessa criança. Apesar do esforço da directora para resolução de problemas identificadas na educação da criança, considera-se que a estratégia utilizada não é suficiente, tendo em conta que essa criança precisa de muito mais estímulos para aprender. Afirma a directora, “quando chega criança com qualquer tipo de deficiência, procuro informação dos pais acerca da deficiência e da própria criança, e estou sempre atento ao seu comportamento para conhecer as suas dificuldades e promover um desenvolvimento de forma integral, no entanto ainda falta alguma coisa a concluir na educação dessa criança, por não ter apoio a nível dessa dificuldade”.

É de se referir que é muito importante quando um professor procura conhecer as dificuldades dos seus alunos, porque isso vai enriquecer o desempenho do professor no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem da criança.

Podemos verificar que, de acordo com a resposta dada pela directora do jardim da Cruz Vermelha, existe alguns materiais e instrumentos didácticos nomeadamente: Televisão, rádio, livros infantis, jogos didácticos, plasticinas e entre outros materiais que podem ser utilizados para trabalhar com crianças neste nível. É de salientar que a televisão e o rádio não estão a ser utilizadas neste momento porque estão danificados. Os mesmos visam o desenvolvimento social, emocional e intelectual das crianças. Esses suportes educativos são utilizados para o desenvolvimento global das crianças.

Contudo, é de salientar que esses materiais didácticos são utilizados para todas as crianças, sem extinção. Pode-se constatar que no jardim da Cruz Vermelha não existem instrumentos, nem materiais didácticos específicos para trabalhar com crianças portadoras de necessidades educativas especiais, o que torna difícil o processo de ensino e aprendizagem dessa criança, logo o seu desenvolvimento integral.

### **3.6 Análise e Discussão dos Resultados da Entrevista feita com os pais da criança portadora de síndrome de Down.**

Através da análise do resultado da entrevista dos pais/encarregados de educação, verifica-se que a mãe dessa criança teve o seu percurso de gravidez normal e o parto não teve nenhuma complicação. Essa anomalia foi descoberta aos 7 dias, depois do parto quando levou a criança ao PMI e foi um choque grande ao saber que tem filho diferente dos outros filhos.

Quanto a reacção da mãe foi de desespero, espanto porque teve filho doente e na família não tinha nenhum caso parecido. Quanto ao pai, foi normal porque tinha um grande amigo portador dessa deficiência, já tinha convivido bastante com ele, conhece o seu modo de vida e já adquire o hábito de conviver com esse tipo de caso. Acrescenta ainda que tinha muitas informações e pouca formação acerca deste caso. A pouca

formação acerca do problema, não influenciou de maneira alguma a sua relação com a criança em causa.

Essa reacção é normal por parte dos pais quando descobrem que o filho tem algumas limitações. Nesses casos os pais entrem em estado de choque, sentem-se culpados e com sentimentos de perda e rejeição. Vão pensar que são eles os culpados.

Quando isso acontece deve-se procurar profissionais competentes ou pais que têm filhos portadores da mesma deficiência para esclarecer sobre o caso e dar informações correctas para ajudá-los a compreender o filho ou a própria situação em causa.

A criança começou a frequentar o jardim com 4 anos, a idade normal determinada para o ingresso no pré-escolar.

Essa criança gosta de ir ao jardim. É claro que no início chorava o que considero normal, porque quase todas têm esse comportamento, mesmo os que são ditas normais, passando algum tempo deixou de chorar, passou a gostar de ficar no jardim como todas as outras.

Em relação ao papel do jardim na educação do filho, foi importante, porque ele desenvolveu bastante em termos da fala, e do comportamento. No que diz respeito ao jardim, confirmou que está bom para receber crianças com necessidades educativas especiais, porque fazem o que podem para o desenvolvimento dessas crianças.

No que diz respeito as dificuldades encontradas na educação dessa criança foram mencionadas algumas, como por exemplo (formas específica de lidar com a criança, ou seja impor limites dizer não para criança e.t.c.), isso deve-se a falta de formação e informação, por isso apela as instituições que dêem apoios a esses casos promovendo formações aos pais/encarregados de educação no sentido de obterem suportes mínimos de sustentar a educação do filho em causa.

À relação existente entre pais e filho em estudo e outros irmãos que são ditas normais, é muito bom, apesar de terem poucas informações letradas a cerca da deficiência para transmitir aos irmãos da criança, consegue entender o filho, uma vez que é uma pessoa apta às informações que advêm da sociedade onde está inserida. Constatou-se que existe algumas dificuldades a nível de transmissão de conhecimentos e informação para os filhos quer em estudo, quer os ditos normais



Como sabemos, em Cabo-Verde não há condições necessárias para os portadores de necessidades educativas especiais. O jardim faz o que está dentro das suas possibilidades uma vez que o ministério não coordena, nem responsabiliza para este nível de ensino. Com a falta de profissionais qualificados na área da educação específica e da educação de infância se assim for qualificados, torna a responsabilidade do jardim receber essas crianças de maneira que for para não ficarem fora do ensino regular.

No que diz respeito à manipulação dos instrumentos e materiais sozinho, o pai afirma que a criança consegue fazer tudo sozinho “atende telefone, abre e fecha o televisor, veste e botua a roupa sozinho, faz higiene”. Os pais da criança, disseram que utilizam os mesmos instrumentos e materiais que tem para todo o filho em casa e que não há uma diferença entre os materiais para o filho em estudo.

Quanto aos instrumentos e materiais existentes em casa para estimular a aprendizagem, os pais têm muito pouco como por exemplo (televisão, livros infantis,) que facilitam o processo de ensino e aprendizagem da criança em estudo. Dos poucos que têm utiliza de uma boa forma, a fim de estimular a aprendizagem da criança. Afirma o pai “dei tudo que posso para ajudar no seu desenvolvimento”. Percebe-se que ele promove o ensino através do método pela descoberta defendida pelo Piaget, que é através da manipulação de instrumento que consegue descobrir como pode ser utilizado.

### **3.7 Análise da Entrevista feita com o Técnico do Ensino Especial.**

A análise da entrevista aplicada ao técnico de ensino especial permite-nos perceber que o sector da educação especial é um serviço do Ministério da Educação e Ensino Secundário (MEES), concretamente da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGEBS). O sector responde pela inclusão na escola regular e pela questão relacionada com educação das crianças com necessidades educativas especiais.

A sua estrutura física encontra-se sediada em Achada Santo António numa das salas do prédio da rádio educativa e novas tecnologias. Esta sala encontra-se separada, mas não está a parte, está ligada a DGE e pretende criar uma sala de recurso mais tarde que trabalha com NEE.

Segundo o entrevistado, chamam sala de recurso porque se encontra materiais específicos para os portadores de necessidades educativas especiais e técnicos que

trabalham ligados às necessidades educativas especiais. De acordo com o mesmo, em Cabo Verde existem duas salas de recursos: Uma sala na cidade da praia para atendimento dos portadores de sotavento e outra na cidade do Mindelo, para atender os de barlavento.

Ainda em relação à estrutura é de salientar que usufruem de um núcleo chamado núcleo da EE, local espalhado em todo concelho do país. Esses núcleos, uns funcionam bem e outros não, ou seja, não conseguem responder às necessidades da localidade.

O sector responde pela inclusão na escola regular e pela questão relacionada com à educação das crianças portadoras de necessidades educativas especiais e apoia pedagogicamente as crianças, professores e pais ou encarregados de educação.

Segundo o mesmo, não é possível identificar de uma forma precisa que tipos de actividades que foram desenvolvidas, porque há vários tipos de actividades que deveriam ser, mas não foram possíveis por falta de meios e não conseguiram executar. No entanto este sector realiza acção de formação de acordo com a necessidade do concelho, acção de formação feita para os professores, gestores, coordenadores pedagógicos e outros que estão ao serviço ligado à sistema educativo, identificação de crianças com NEE nas escolas, sensibilização da sociedade civil através de desdobráveis, programa da rádio, televisão, monitorização dos núcleos locais de educação inclusiva criados em todas as delegações do ministério, apoios directo a professores, pais/encarregados de educação.

Quanto às actividades desenvolvidas no que tange aos portadores de síndrome de down, disse que não têm nenhum tipo de tratamento, ou programa diferenciado das outras necessidades, analisam caso a caso, dão apoios, ou seja, respondem as necessidades pontuais. Disse ainda que esses casos não são fáceis. Instruem professores para saber como lidar com casos desses.

No que respeita ao projecto de formação dos educadores disse que até então não têm projecto exclusivamente só para educadores de infância, mas sim realizam várias formações, promovem palestras nas instituições em vários concelhos a nível do pré-escolar e na área de educação especial.

É de salientar que nem todas as monitoras tiveram a oportunidade de receber as formações realizadas no concelho. Diz o técnico que a sua preocupação é de responder

às necessidades pontuais do concelho, sempre que foi solicitado, não a nível do projecto. Constatamos que deveria existir um projecto específico para dar mais atenção e organizar melhor este nível de ensino.

De acordo com a opinião do técnico do ensino especial, o material didáctico para crianças portadoras da síndrome de down não é o mais importante, mas sim, cabe ao educador adotar uma estratégia diferenciada que proporciona um desenvolvimento equilibrado. Este é um problema que se verifica em todo o sistema educativo cabo-verdiano, desde o ensino primário até o ensino superior e torna-se mais difícil para o ensino pré-escolar, uma vez que o ensino não é obrigatório, nem é da responsabilidade do ministério da educação.

No que diz respeito à produção de materiais didácticos para os portadores de síndrome de down, o técnico do ensino especial disse que ainda não iniciaram com a produção de materiais didácticos, porque têm carência de matéria-prima, no entanto instruem professores para que possam improvisar com algumas coisas básicas que ajudam a ultrapassar as barreiras encontradas durante o processo de ensino e aprendizagem.

Disse ainda que estão a pensar na possibilidade de criar algumas condições para a produção de materiais didácticos futuramente.

Quanto à educação inclusiva em Cabo Verde, o técnico disse que está um pouco atrasado em relação a outros países no entanto, estão no início desse processo, uma vez que têm crianças com NEE espalhados em todos os concelhos do país. Consciente de tudo isto, o técnico do ensino especial, afirmou que ainda há muito a trabalhar de forma a responder todos os casos. No que toca aos portadores de síndrome de down, estão a trabalhar na linha de educação inclusiva, os professores estão a receber formações de acordo com as possibilidades do MEES, a fim de melhorar o atendimento dessas crianças.

Por ausência de condições necessárias para o desenvolvimento desses casos, o técnico afirma que nem todas as crianças em causa estão a desenvolverem-se de forma preconizada.

As soluções propostas para ultrapassar os possíveis constrangimentos são: apostar e investir mais na educação inclusiva, formar mais agentes educativos na área de NEE,

regulamentar a educação inclusiva e continua a sensibilizar a sociedade. É de salientar que não se pode falar de possíveis constrangimentos que possam aparecer, são problemas que aparecem no dia-a-dia, sabendo que a inclusão é uma novidade e Cabo Verde não está preparado para enfrentar esse problema como é merecido, e deparamos com casos muito difíceis de resolver e para resolver esse problema está na base três factores importantes para o desenvolvimento desse processo: O primeiro factor é o recurso humano, o segundo é o recurso financeiro e por último, o recurso material didáctico. Tendo esses factores podem dizer que a educação inclusiva torna-se mais acelerado e menos complexa.

Considerando Cabo Verde, um país pobre, nem sempre temos a possibilidade de reunir todas as condições necessárias para o desenvolvimento desse processo, por isso está-se a trabalhar de forma lenta e com passos significativos.

Quanto ao factor que influencia na educação dos portadores de síndrome de down, em primeiro lugar é a família, o segundo é a formação do pessoal docente, mas precisamente o interesse e por último os materiais didácticos.

Como afirma o supracitado, a família é a chave principal na educação da criança. Uma família estruturada, que tenha um ambiente saudável, estimulante, contribui para um bom desenvolvimento dessa criança, ao contrário daquela que deixa tudo para quando acontece que não faz esforço porque a criança é “doente”. Neste caso a criança demora muito para desenvolver a sua aprendizagem daquela que foi estimulada pela família.

Para lembrar, os pais devem dar todo (amor, carinho, ...) para o seu filho, mas não esquecendo de educá-lo como qualquer outra criança que são ditas “normais”, não devem deixá-la fazer o que quiser por ter algumas limitações, mas sim é preciso ter mais cuidado e atenção para com ele, porque pode demorar mais tempo para aprender mas aprenderá (Miranda e Frantz 1973).

O ponto de situação do ensino especial em Cabo Verde, segundo o entrevistado, não há um atendimento especial para cada caso, mas sim trabalham todos os casos de igual modo com pedagogia diferenciada. Como afirma o técnico não têm condições essenciais para responder a necessidade de cada deficiência, ou seja, precisamente os portadores de síndrome de down, por isso que o nosso trabalho baseia-se num método flexível de modo a dar atenção a todos os casos.

É de se referir que em Cabo Verde não existem escolas especiais nesta linha, o MEES segue as orientações da declaração de Salamanca que concentra o seu esforço no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados (Declaração de Salamanca, 1994:5) e aposta na educação para todos. Isso implica a criação de condições a nível de dispositivos legais, formação de recursos humanos, de materiais e financeiros, o que não se efectivou em pleno, até então, uma vez que encontram alunos especiais nas escolas regulares sem nenhum tipo de apoio.

O técnico apresenta como principais constrangimentos que o sector enfrenta a falta de recursos humanos qualificados, falta de recursos financeiros (combustíveis para o transporte) que muitas vezes dificulta o deslocamento às escolas que tenham esses casos, a pouca funcionalidade dos núcleos locais de educação inclusiva, a inexistência de um documento, lei de base, que regule a educação inclusiva (MEES, 2009)

### **Síntese das análises**

Depois de ouvir e de analisar as entrevistas feitas com vários intervenientes, chegamos as seguintes conclusões:

À maior parte dos entrevistados, consideram que os portadores de necessidades educativas especiais, caso particular os da síndrome de down no ensino regular não estão incluídas, apenas integradas. Uma vêz que a inclusão é um fenómeno complexo e muito recente em cabo verde, sendo assim, precisam de um trabalho árduo e multidisciplinar, para que a inclusão destas crianças venham ganhar um merecido lugar.

Ainda todos os entrevistados defendem que à falta de materiais didácticos e de recursos humanos propício para trabalhar com essas crianças, no entanto um dos entrevistados, destaca o interesse e a qualificação de pessoas como factor fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças.

Contudo a aprendizagem destas crianças envolve não só o educador tecnicamente preparado, mas sim pais, profissionais da saúde e a sociedade em geral.

## **Capítulo IV: Considerações Finais**

### **Conclusões**

A educação inclusiva recomenda que todas as crianças, independentemente de suas condições, quer afectiva, social, económica ou cultural devem ser inseridas na mesma classe de os ditos normais.

Para o sucesso das escolas inclusivas, a Declaração de Salamanca de (1994) aponta que é preciso preparar todo o pessoal educativo, propondo uma formação voltada para trabalhar e vivenciar todos os tipos de deficiência.

É importante que os professores, para além de terem uma formação académica, invistam na formação de atitudes pessoais que deverão ser como elementos integrantes da sua profissão.

Após a análise documental, nota-se que no nosso país há uma certa preocupação por parte dos técnicos da educação especial no sentido de dotarem o país de instrumentos legais (um documento lei) que defendem o direito e a protecção das crianças com NEE no ensino regular, a necessidade de clarificação do conceito/abordagem de educação inclusiva a nível do ministério.

Regista-se, que a política educativa preconiza a inclusão de crianças com NEE nas escolas regulares. Contudo, a política de formações de educadores não parece caminhar na mesma proporção.

Este estudo permitiu-nos compreender a importância dos educadores nos processos de apoio ao desenvolvimento e aprendizagem de criança com trissomia<sup>21</sup>.

O papel do educador é de aumentar as potencialidades da criança através da “zona do desenvolvimento proximal”. Neste sentido o educador tem que ser uma pessoa capaz de conhecer a potencialidade da criança e saber como trabalhar para aproximar-se da sua real capacidade.

A experiência desta pesquisa veio aprofundar o nosso conhecimento a cerca de inclusão de criança portadora de trissomia 21, e veio ainda a aumentar a sensibilidade perante os portadores de trissomia 21.

A educação inclusiva é um domínio com enorme carência, nomeadamente a escassez de recursos financeiros para implementação de projectos e de recursos humanos qualificados. Tendo em conta o reduzido número de técnicos da educação especial, o MEES apostou na criação dos núcleos locais a nível das delegações da educação. No entanto consta-se que há necessidade de qualificação desses recursos nas diversas áreas das necessidades educativas especiais a fim de disponibilizarem maior apoio a criança nos seus respectivos concelhos.

Para a realização deste estudo levantamos algumas questões preliminares para os quais conseguimos enunciar as seguintes respostas:

**Relativamente a pergunta 1 (Qual é o actual cenário de inclusão escolar das crianças com necessidades educativas especiais em cabo verde?)**

De uma forma geral concluímos que a monitora não tem condições para incluir crianças com necessidades educativas especiais no pré-escolar, uma vez que não possui formação específica na área das NEE e também por falta de conhecimento do mesmo. Neste contexto, a monitora sente-se dificuldade para trabalhar com esta criança, visto que as dificuldades desta ultrapassam a sua competência.

Por isso, consideramos que em termos de inclusão estamos muito atrasados em relação aos outros países.

**No que se refere a pergunta 2 (Qual é o actual cenário de inclusão escolar dos portadores de síndrome de down)**

Constatamos que a monitora está consciente do seu papel no processo de inclusão, pois ela acha importante trabalhar com esta criança, demonstra ter atitude positiva em relação a criança portadora de deficiência. Através da demonstração do afecto, carinho, chegamos a conclusão de que a socialização, um ambiente saudável pode contribuir muito para que a criança se sinta integrada e não rejeitada.

Um outro aspecto importante na realidade cabo verdiana é que as crianças com défice cognitivo encontram-se na maioria das vezes marginalizadas, isto é, estão fora do



sistema educativo e são rejeitados pelos pais, apenas uma pequena parcela encontra-se nas escolas ou nos jardins, sem estar incluídas, apenas integradas.

Em relação a pergunta 3 (**Que relação existe entre a qualificação do educador e a inclusão escolar?**) Contactamos, através das respostas dos entrevistados, que a relação entre a qualificação dos educadores e a inclusão escolar estão muito próximo um do outro, no entanto, o sucesso de inclusão escolar depende da intervenção e do esforço relacionado de um vasto conjunto de intervenientes e essas devem ser qualificadas.

Convém apresentar alguns constrangimentos enfrentados durante a realização deste trabalho, assim como algumas recomendações.

### **Constrangimentos**

Na realização deste estudo destacamos três aspectos de maior constrangimento descritos abaixo:

- Défice, tanto dos recursos humanos qualificados, como dos materiais, dado que no jardim que nos serviu de referencia não existe material nem instrumento específico para o desenvolvimento dessa criança;
- A falta de dados estatísticos sobre crianças portadoras de trissomia21 em Cabo Verde, porque a maioria dessas crianças não está no sistema de ensino.

### **Recomendações:**

Tendo em conta o universo limitado do estudo, recomenda-se para a realização de estudos posteriores o envolvimento de um universo maior, assim como o alargamento deste estudo num outro contexto.

\* O Ministério da educação deve tornar o ensino pré-escolar obrigatório, capacitar técnicos para trabalhar com crianças portadoras de NEE e oferecer maior oportunidade, respeito pela diferença e igualdade entre elas,

\* Os jardins devem ser criados e construídos de forma adequada que facilita a inclusão física e psicológica dessas crianças, os currículos devem ser elaborados de forma a poderem ser adaptadas às crianças portadoras das NEEs.

\* Intensificar as acções de formação em serviço dos educadores de apoio educativo de forma a elevar significativamente a sua preparação e a contribuir decisivamente para o desempenho competente das suas funções.

\* Complementar as medidas de legislação educativa com medidas no campo da saúde, segurança social, formação profissional e emprego de forma a assegurar que a inclusão não se restrinja ao espaço de escolarização.

## Referencia Bibliografas

Ainscow, M. Porter, G. Wang, M. (1997). *Caminhos para as escolas inclusivas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Almeida, M. (2006). *Necessidades Educativas Especiais – Um guia para professores*. Porto: Porto Editora.

Amarante, E. (2008). *Modelo para a Utilização de Materiais Multimédia com crianças Portadoras de Trissomia 21*. Tese de mestrado. Aveiro. Universidade de Aveiro.

Bautista, R. (1997). *Necessidades educativas especiais*. Lisboa:

Bravo, M<sup>a</sup> Pilar Colás; Eisman, Leonor Buendia (1998). *Investigación Educativa*, 3<sup>a</sup> Ed. Sevilha: Ediciones Alfar

Bell, Judith (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science*. 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, pp. 145

Bogdn. N. Biklen. S. (1991). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora

Creswell, John (1994). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks: SAGE Publications

Correia, L.M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.

Cotrim e Ferreira, Cotrim, M. T. (2001) *Intervenção em trissomia 21, promoção da comunicação*. Lisboa: Associação portuguesa de portadores de trissomia 21.

Declaração de Salamanca (1994) *enquadramento de acção na área das “NEEs*

Fidel, Raya (1992). The case study method: a case study, In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 238 p. p.37-50.

Franco, Victor, Riço M<sup>a</sup> Céu e Galésio Mariana (2002) *Inclusão e Construção de Contexto Inclusivos*, in **Patrício, M.F. (org)** (2002). *Glocalização e Diversidade – a escola cultural, uma resposta*. Porto, Porto Editora.

Da Fonseca, (1998), *Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce*, Lisboa, Editorial Notícias.

Furby (1974) in Sampedro, Blasco e Hernandez, 1997

INE (Instituto Nacional de Estatística) – RGPH. Censo 2000

Jiménes B.R. (1993) *La necesidades educativas especiales en La Reforma del sistema Educativ*. MEC. Madrid.

Lopez. M. (1983): *Teoria y práctica de la Educación Especial*. Narcea. Madrid.

Madureira, et all (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Melo, S., Silva, N. C. A. (1983) *Interacção dos portadores de Síndrome de Down com colegas na sala de aula em uma abordagem inclusiva*.

Ministério da educação e valorização dos recursos humanos. (2003). *Plano estratégico para a educação*. Praia.

Miranda, Mitter, P. (2003) *“Educação Inclusiva”*- Porto Alegre. Ardmed Editora

Sanpedro, F. M. e Blasto; G. M. G. Hernández, M: A.(1997) *A criança com Síndrome de Down* in Bautista, R.(1997) *Necessidades Educativas Especiais*. Dinalivros. Lisboa. Ed.

Spodek, B.e et (2002). *Manual de investigação em Educação de Infância*. Lisboa. Fundação Calauste Gulbenkiah.

Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. (s/l)

Tereza e Mantron (s/d) *todas as crianças são bem-vindas à escola*. Universidade Estadual de campinas/unicamp laboratório de estudos e pesquisas em Ensino e reabilitação de pessoas com deficiência- LEPED/FE/Unicamp

Yin, R.(1994). *Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: Sage Publications*

*Unesco (1994) declaração de Salamanca e enquadramento da acção-confirencia mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade*

.

## **Citografias**

Dias, C. (2000). Estudo de caso: ideias importantes e referências. (online)

[http://www.geocities.com/claudiaad/case\\_study.pdf](http://www.geocities.com/claudiaad/case_study.pdf) consultado a 15/02/09

Dias, C.(2000). Pesquisa qualitativa - características gerais e referencias. (Online)

[http://www.geocities.com/claudiaad/case\\_study.pdf](http://www.geocities.com/claudiaad/case_study.pdf) consultado a 15/02/09

Ferrão, G. R.(1998/99). Informação no Ensino Especial, Âmbito: Trabalho de Cadeira de Sistemas de Formação, Departamento de Engenharia de Informática. (online)

<http://student.dei.uc.pt/~gilliam/sf/sf.html#Oquee#Oquee>, consultado em 12/03/08

Melo, S., Silva, N. C. A. (1983) Interação dos portadores de Síndrome de Down com colegas na sala de aula em uma abordagem inclusiva.

<http://Www.neeadunama.br/monografias/pdf/> consultado em 6-06-08

## **Leis Consultadas**

Constituição da República de Cabo Verde, 1 revisão ordinária / 1999. Praia. Assembleia Nacional, edição 2000.

Lei de base do sistema educativo, lei nº 103/2º/90 de 29 de Dezembro.

Lei de Base do Sistema Educativo Alteração Lei nº 113 /V/99.

Lei de Base do Sistema Educativo 1990.

## **ANEXOS**

## **Anexo1**

Este inquérito é de carácter pedagógico, e está inserido no trabalho de investigação para a obtenção do grau em Licenciatura em Educação de Infância na Universidade de Cabo Verde, cujo título é “**Inclusão de criança com síndrome de Down no pré-escolar**” (Estudo de caso do jardim cruz vermelha).

Agradecemos desde já a vossa colaboração

### **Inquérito por entrevista destinado à monitora**

Dados pessoais da monitora

Sexo

Idade

Habilitação

Ano de experiência como monitora

1-É a primeira vez que trabalha com criança portadora de deficiência? E com síndrome de down?

2-Recebeu alguma formação para trabalhar com essas crianças?

3-Qual é a actividade que sente mais dificuldade em trabalhar?

4-costuma dar atenção especial as crianças com deficiência?

5-A criança consegue acompanhar as actividades proposto?

6-Qual a actividade que a criança mais gosta?

7-Qual actividade que a criança apresenta mais dificuldades em praticar?

8-A criança apresenta alguma dificuldade a nível motora, da fala, de socialização?

9-Como é a relação criança portadora de deficiência/educadora?

10-Como é a relação entre crianças portadores de deficiências e as crianças ditam normais?

11- Aponte as principais dificuldades encontradas na educação dessas crianças?

Pode-se dizer que este jardim é o lugar indicado para a educação dessas crianças, acha que deveria existir um espaço específico para a educação das crianças portadoras de NEE?

O que pensa da integração e inclusão dessas crianças no jardim?

12- Qual é a estratégia que utiliza para encarar ou ultrapassar essas dificuldades?

13-Quais as recomendações deixarias aos pais e a MEES, a ao Jardim, para a melhoria dessa educação?



## **Anéxo2**

Este inquérito é de carácter pedagógico e está inserido no trabalho de investigação para a obtenção do grau em Licenciatura em Educação de Infância na Universidade de Cabo Verde, cujo título é “**Inclusão de criança com síndrome de Down no pré-escolar**” (Estudo de caso do Jardim Cruz Vermelha).

Agradecemos desde já a vossa colaboração.

### **Inquérito por entrevista destinado à Directora do jardim.**

#### **1- Questões relacionadas com o funcionamento do Jardim**

- a- Quanto tempo o jardim está a funcionar (quando começou a funcionar)?
- b- Quais são os objectivos do jardim?
- c- Quem são os vossos públicos?
- d- Caracterize o seu jardim. (organização do Jardim)?
- e- Existem crianças portadoras de deficiência (Se sim, quantos) e que tipos de deficiência?
- f- Em que nível de educação encontram essas crianças?

#### **2- Questões relacionadas com as monitoras**

- a) As monitoras são qualificadas para trabalhar com crianças deficientes (especifico síndrome de Down)?
- b) O jardim recebe apoios para a educação das crianças portadoras de deficiência (síndrome de down)?
- c) Quais são os instrumentos e materiais existentes no jardim cruz vermelha para a educação pré-escolar?
- d) Quais são os instrumentos e materiais existentes no jardim cruz vermelha para a educação das crianças portadoras de Síndrome de Down?
- e) Quais são os principais constrangimentos que o jardim enfrenta no atendimento das crianças portadores de síndrome de Down?

Obrigada Maria Sábado

### **Anexo3**

Este inquérito é de carácter pedagógico, e está inserido no trabalho de investigação para a obtenção do grau em Licenciatura em Educação de Infância na Universidade de Cabo Verde, cujo título é “**Inclusão de criança com síndrome de Down no pré-escolar**” (Estudo de caso do jardim cruz vermelha).

Agradecemos desde já a vossa colaboração.

#### **Inquérito por entrevista destinado aos Pais**

##### **I**

#### **Identificação dos pais**

Idade

Escolaridade

Profissão

Dados da criança

Sexo

Idade

##### **II**

Questões referentes a gravidez e ao parto (planeamento familiar, pré-natal, tipo de parto etc)

1. Quando foi detectada a síndrome?

2- Qual foi a vossa reacção e a da família?

3- Quando a criança entrou no jardim?

4-Ela gosta de ir ao jardim?

5-Qual o papel do jardim na educação do vosso filho, qual será a sua importância? Aham que ele está a desenvolver? O jardim está preparado para o receber, como a directora e as monitoras tiveram conhecimento que a criança era portadora de síndrome de down?, Como foi a reacção de todos no jardim e dos colegas?,

6-Quais foram as maiores dificuldades encontradas até então na educação da criança?

7-Como é a vossa relação?

8- Como é a relação com os irmãos?

9-Quais são as estratégias que o senhor(a) utiliza para ultrapassar as dificuldades encontradas?

10- A criança consegue manipular instrumentos e materiais sozinhos; por exemplo talheres, aparelhos electrónicos, objectos, etc?

11-Existe instrumentos ou materiais que estimulam a educação e aprendizagem da criança em casa?

Obrigada Maria Sábado

#### **Anexo4**

Este inquérito é de carácter pedagógico, e está inserido no trabalho de investigação para a obtenção do grau em Licenciatura em Educação de Infância na Universidade de Cabo Verde, cujo título é “**Inclusão de criança com síndrome de Down no pré-escolar**” (Estudo de caso do jardim cruz vermelha).

Agradecemos desde já a vossa colaboração.

#### **Inquérito por entrevista destinado ao Técnicos de ensino Especial**

- 1-Como está estruturada a Educação Especial em Cabo Verde?
- 2-Que tipos de actividades são desenvolvidas neste sector para crianças portadoras de deficiências? Existem algumas específicas para as crianças portadoras da síndrome de down?
- 3-Existem projectos para formação de educadores do jardim -de -infância no domínio de “Educação Especial”?
- 4- Existem materiais didácticos para apoiar os portadores da síndrome de Dawn?
- 5- Os técnicos de ensino especial têm produzido materiais didácticos para apoiar os portadores da síndrome de Dawn?
- 6- Qual é o actual cenário da inclusão escolar em C. V. em especial das crianças portadoras da síndrome de Dawn?
- 7- Na sua opinião quais são os factores que influenciam (negativo e positivo) na educação dos portadores da síndrome de dawn?
- 8- Qual é o ponto de situação do ensino especial em cabo verde, no que respeita aos portadores de síndrome de dawn?
- 9- Quais são os principais constrangimentos que o sector de ensino especial enfrenta?
- 10- Que soluções propõe para ultrapassar os possíveis constrangimentos que possam aparecer perante a inclusão dos portadores de síndrome de dawn?

Obrigada Maria Sábado